



EDITAL DE LEILÃO de 1ª e 2ª PRAÇA

Prazo: 20 (vinte) dias

Joseliza Alessandra Vanzela Turine, Juíza de Direito da Vara Execução Penal de Multa Condênatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual, da Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de **Execução Fiscal n. 0900023-51.2019.8.12.0031** movido pelo **Estado de Mato Grosso do Sul** contra **Abatedouro São Francisco Ltda** CNPJ/CPF n. 05.019.904.0001/82, na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is), o(s) senhor(es): **Luciano Menegatti** em trâmite perante este Juízo e Cartório da Vara de Execuções Fiscais da Fazenda Pública Estadual, com endereço na Rua da Paz, nº 14 – centro, nesta capital, que, com fulcro no artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil/2015 e regulamentado pelo Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS, por intermédio do portal **Casa de Leilões**, o leiloeiro judicial nomeado pela Meritíssima Juíza de Direito desta Vara, Sr. **Tarcilio Leite** leva a público pregão de venda e arrematação do bem (móvel) abaixo descrito, conforme condições de venda constantes do presente edital. Na primeira praça com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às **13:00** horas (horário local) e término no dia **21 de novembro de 2023**, às **11:00** horas (horário local), entregar-se-á o bem a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem na primeira praça, a segunda praça seguir-se-á sem interrupção, e término no dia **05 de dezembro de 2023**, às **11:00** horas (horário local), ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta) do valor de avaliação.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): **LOTE 01: A)** 01 (um) lavador de botas marca Imafrig, usado, em bom estado de funcionamento;

B) 01 (um) lavador de carcaça inox, marca Imafrig, usado, em bom estado de funcionamento;

C) 01 (uma) Serra elétrica, marca Ecdel, usada, em bom estado de funcionamento;

D) 03 (três) serras elétricas de carcaça, marca Dalpino, usadas, em bom estado de funcionamento;

E) 01 (uma) balança digital, marca toledo, usada, em bom estado de funcionamento;

F) 20 (vinte) caixas plásticas, usadas em bom estado de uso;

G) 300 (trezentos) ganchos de carna, usados, em bom estado de funcionamento;

LOTE 02 - H) 05 (cinco) plataformas de inox com 05 pias, marca Imafrig, usadas, em bom estado;

I) 01 (uma) mesa de inox, marca Imafrig, usada, em bom estado de funcionamento;

J) 01 (um) carrinho para carretilhas, marca Imafrig, de 04 rodas, usado em bom estado de funcionamento;

K) 04 (quatro) motores elétricos, marca Weg, com roletes, usados em bom estado de funcionamento;

L) 05 (cinco) ventiladores de teto, usados, em bom estado de funcionamento;

M) 02 (dois) aparelhos de ar condicionado, marca Consul, usados, em bom estado de



funcionamento;

LOTE 03 - N) 01 (um) Cocho de Sangria, marca Imafrig, usado, em bom estado de funcionamento;

O) 80 (oitenta) peças de carretilhas, marca Imafrig, usadas, em bom estado de funcionamento;

P) 01 (uma) Câmara fria com 02 motores de 07 HP, marca Isopainel, usado, em bom estado de funcionamento, conforme auto de penhora fl. 9-10 dos autos.

AVALIAÇÃO: A avaliação dos bens móveis a ser pracedos, é de LOTE 01 – R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais);

LOTE 02 – R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais);

LOTE 03 – R\$ 31.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais) , conforme Avaliação de fls.9-10 dos autos.

ÔNUS SOBRE (S) BEM(NS) À SER(EM) PRACEADO(S): Não existe ônus sobre o bem móvel a ser pracedo.

DÉBITOS DE IMPOSTOS: Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, parágrafo único, CTN).

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EXECUTADA – ABATEDOURO SÃO FRANCISCO LTDA – COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE MULTA CONDENATÓRIA CRIMINAL E FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL – 0900011-37.2019.8.12.0031; 0900023-51.2019.8.12.0031; 0900038-83.2020.8.12.0031; 0900071-95.2022.8.12.0001; 0902039-97.2021.8.12.0001; 0956444-49.2022.8.12.0001. COMARCA DE DOURADOS/MS – 4ª VARA CÍVEL – 0807700-46.8.12.0002 (SUSPENSO). COMARCA DE CAARAPÓ/MS – 2ª VARA – 0000716-80.2007.8.12.0031/01;0000716-80.2007.8.12.0031;0003298-48.2010.8.12.0031;0800139-78.2021.8.12.0031;0800472-11.2013.8.12.0031;0800589-21.2021.8.12.0031; 0800758-08.2021.8.12.0031; 1ª VARA - 0800994-04.2014.8.12.0031 (Suspensão); 0801225-31.2014.8.12.0031 (Suspensão); 0801394-71.2021.8.12.0031 (Suspensão); 0801819-79.2013.8.12.0031; 0802028-48.2013.8.12.0031 (Suspensão); 2ª VARA - 0802029-33.2013.8.12.0031 (Suspensão); 1ª VARA - 0802030-18.2013.8.12.0031 (Suspensão); 0802031-03.2013.8.12.0031 (Suspensão); 0802033-70.2013.8.12.0031 (Suspensão); 2ª VARA - 0802221-24.2017.8.12.0031 (Julgado); 0802334-80.2014.8.12.0031 (Suspensão).

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): O(s) bem(ns) móvel(eis) se acha(m) depositado(s) com a pessoa de Sr. Aldecir Roberto Fernandes, na Rodovia Caarapó/Dourados Km 3,2, S/N- Chácara 171, CEP 79940-000- Caarapó/MS, distância (6,4 km), e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça.

CONDIÇÕES DE VENDA: 1) o(s) bem(ns) será(ão) alienados no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

2) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados;



- 3) não havendo lance superior à importância da avaliação no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo ato, que se estenderá até o fechamento do(s) lote(s) em dia e hora previsto neste edital (art. 25 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 4) em segundo pregão não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação, sendo considerado vil lances inferiores (art. 891. CPC e art. 25, parágrafo único, Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 5) para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 6) durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial (www.casadeleiloes.com.br) e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas, não sendo admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances (art. 27 "caput" e parágrafo único do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 7) o interessado poderá adquirir o bem penhorado em prestações, observadas as regras insculpidas no art. 895 do Código de Processo Civil;
 - 7.1) na ocorrência de arrematação parcelada, o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.
- 8) a comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante, será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado (art. 10 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
 - 8.1) se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
 - 8.2) se houver desistência ou arrendimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma;
 - 8.3) não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (Art. 10, § 1º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
 - 8.4) na concessão de isenção ou anistia após a realização da alienação, a comissão será paga pela parte executada; se a concessão de isenção for anterior a publicação do edital de leilão, não será devida comissão, porém, as despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação devida, anteriormente a publicação do edital.
 - 8.5) no caso de suspensão da alienação judicial eletrônica, em virtude de pagamento do débito à vista ou parcelado ou remição após a inclusão do bem em leilão, será devido ressarcimento pelo(a) executado(a) das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei.



9) homologado o lance vencedor, o sistema Casa de Leilões emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo da execução (art. 28 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

10) o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (art. 29 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

11) não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 31 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

12) o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, art. 23 da LEF e art. 32 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

13) a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (art. 30 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS).

DA TRANSMISSÃO DO(S) BEM(NS): 1) o arrematante só será imitado na posse após a expedição da carta de arrematação (em sendo bem imóvel) ou mandado de entrega (para bens móveis) pelo Juízo, quando já esgotado o prazo de 30 (trinta) dias constante do art. 24 da Lei nº 6.830/80 para adjudicação do(s) bem(ns) pela Fazenda Pública;

2) desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos e relativos ao preço do(s) móvel(is) arrematado(s) e à comissão do Leiloeiro Judicial;

3) correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo á transferência do(s)

móvel/imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome.

OBSERVAÇÕES:

1) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:

I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;

II - findo o leilão:

a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação;

b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exeqüente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias (Art. 24, LEF).

2) As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, o Provimento Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS e os artigos 335 e 358, do CP.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
Vara de Execução Fiscal da Fazenda Publica Estadual

fls. 88

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: no escritório do Leiloeiro Judicial, Sr. Tarcilio Leite), localizado na Rua Jaboatão, n. 271, Silvia Regina, cidade de Campo Grande/MS, ou ainda, pelos telefones 67 3363-7000 e e-mail casadeleiloes@yahoo.com.br ,e no site www.casadeleiloes.com.br.

Todas as condições e regras deste Leilão encontram-se disponíveis no Portal Casa de Leilões.

Caso não encontrado(s) o(s) devedor(es), fica(m) o(s) mesmo(s) ciente(s), por meio do presente, da realização da hasta pública acima descrita. E, para que chegue ao conhecimento dos executados, terceiros e todos os demais interessados, o mesmo será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo, no endereço supra mencionado.

Eu, Natalia dos Santos Silva, Analista Judiciário, o digitei, e eu, RUAN CARLOS DE ANDRADE SILVA , Chefe de Cartório, o conferi. Campo Grande, MS, **10/10/2023**.

Certifico e dou fé que afixei cópia do edital no átrio do forum nesta data.

____/____/____